



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

### **A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO: A QUALIFICAÇÃO COMO FORMA DE ARREFECIMENTO DA LUTA DE CLASSES NA ATUAL FASE DE REPRODUÇÃO CAPITALISTA**

Maíra Ferraz de Oliveira Silva  
(UESB)

#### **RESUMO**

Este trabalho tem o objetivo de demonstrar a forte tendência de mercantilização da educação como resultado do processo de valorização do capital e discutir os impactos deste fenômeno sobre o mundo do trabalho e suas conseqüentes implicações sobre a alienação da classe trabalhadora e o arrefecimento da luta de classes. Chama-se a atenção para o fato de que a educação, que se constitui num instrumento de emancipação humana, tem se revertido num instrumento de submissão a um sistema de valores elitista e desigual diante da crescente privatização de um bem público que deve ser suprido pelo Estado.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação, Capitalismo, Mercado de Trabalho.

#### **INTRODUÇÃO**

A educação, ao mesmo tempo em que é a mola propulsora das inovações e responsável pelo treinamento da mão-de-obra melhor qualificada, ambas utilizadas para alavancar o desenvolvimento do sistema produtivo, possui a

---

· Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e Especialista em Educação, Cultura e Memória pelo Museu Pedagógico – UESB. Atua como docente no Curso de Ciências Econômicas da UESB e participa do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/CNPQ. E-mail: ferrazmaira@hotmail.com

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

capacidade de emancipar o indivíduo e superar os limites da mera valorização do capital, a depender da lógica pela qual é utilizada.

Pela lógica mercantil, vem cumprindo bem o papel de qualificar o indivíduo de modo a se ajustar às demandas do mundo do trabalho. Já pela lógica do bem público teria a principal finalidade de “transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo” (MESZÁROS, 2005, p. 12) de modo a promover as mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias ao desenvolvimento social e humano.

Sob a lógica de mercado, a educação como qualificação habilita o indivíduo a ocupar um determinado posto de trabalho, transmitindo valores que legitimam interesses elitistas, disseminando o determinismo neoliberal e a conformação das classes menos favorecidas de que não há alternativa senão a “globalização” capitalista.

Como um bem público deveria funcionar como um instrumento de emancipação humana ao invés de um mecanismo de perpetuação da reprodução capitalista, e para isso, seria necessário superar uma concepção de educação apenas como reprodução e acúmulo de conhecimentos, assumindo o objetivo principal de capacitar o indivíduo a compreender os fenômenos da realidade que o cerca.

O processo de disseminação da lógica de mercado no âmbito da educação teve início a partir do fenômeno considerado marco da consolidação do capitalismo como modo de produção/reprodução social, a saber, a substituição do trabalho manual pelo industrial, que desencadeou uma série de transformações em toda a dinâmica da sociedade moderna.

A partir do citado fenômeno, observa-se, na concepção de Alves (2005), o surgimento da instituição escolar como reflexo das consequências sociais do emprego da máquina moderna, consequências essas desencadeadas pela



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Revolução Industrial. Nesse sentido, percebe-se que a escola foi concebida de modo a atender às demandas da sociedade capitalista nascente, com o principal objetivo de promover a qualificação para adequação da mão-de-obra às novas demandas industriais, a fim de assegurar maior produtividade e maiores lucros.

No Brasil, a educação planejada quando da sua organização social no período colonial foi pautada em modelos diferenciados, segundo os agentes envolvidos e o lugar social de cada educando, o que perdurou até o século XVIII. A partir do século XIX, as contradições sociais emanadas do novo modo de organização da produção decorrente da Revolução Industrial levaram à concepção da escola dualista “uma para os filhos dos trabalhadores, de caráter profissionalizante, e outra para os filhos dos dirigentes da sociedade, fundada nas artes liberais e nas ciências modernas.” (ALVES, 2005, p. 142) que atendia aos princípios da vertente ideológica liberal que criou as bases para a concretização da sociedade capitalista.

Tal modelo educacional teve como fundamento de grande representatividade na história da sociedade brasileira o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional no Brasil, representou uma tentativa dos intelectuais da época em consolidarem um Sistema Nacional de Educação.

As discussões geradas pelo manifesto culminaram, muitos anos após embates entre estadistas e liberalistas, na LDB anterior (4024/61) e, mais recentemente, na nova LDB 9394/96 que desencadeou uma série de políticas que, desde então, primam pela mercantilização desse “bem público”, tendência observada não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

As políticas neoliberais para a educação, e conseqüentemente a legislação educacional decorrente das referidas políticas, justificadas através da defesa da meritocracia liberal, foram efetivamente implementadas a partir da década de 80,



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

como resultado dos consensos de Washington nos EUA (1989) e Santiago no Chile (1997).

Dessa forma, no contexto das novas demandas industriais por qualificação, a educação deixou de ser um privilégio elitista e passou a representar uma necessidade social a ser suprida pelo Estado Neoliberal, que passou a planejar e oferecer uma educação formal vinculada à qualificação para o trabalho pura e simplesmente, a julgar pelo seu aspecto essencialmente meritocrático e tecnocrático. Sendo assim, o discurso político legitimou o direito de acesso à educação, estimulando a massificação gradativa do ensino fundamental e, mais recentemente, do ensino médio e profissionalizante.

Neste contexto, o provimento da educação pelo Estado passou a atender aos anseios do setor produtivo por uma mão-de-obra melhor qualificada que garantisse a continuidade do processo de valorização do capital. Com isso, ocorreu a gradativa mercantilização da educação gerando novas tendências de mercado, e o Estado Neoliberal passou a conceder à iniciativa privada o direito de exploração dessa nova mercadoria (especialmente o ensino superior), o que vem descaracterizando-a como um bem público, principalmente diante da sua crise fiscal.

A partir dessa dinâmica de reprodução social, as políticas públicas para a educação passaram a primar pela descentralização da gestão e vinculação de recursos repassados aos municípios que acabaram assumindo a responsabilidade de implementação das citadas políticas segundo as definições da legislação específica.

Desse modo, o Estado garantiu a composição de estatísticas que comprovassem tanto a universalização do ensino (à custa da municipalização forçada da gestão e conseqüente perda de qualidade da educação pública), quanto o seu investimento na educação, mesmo sem qualquer tipo de controle e

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

fiscalização que garantisse o não desperdício de recursos e o cumprimento efetivo da política tal como planejada.

O que se observa na realidade de implementação das políticas públicas no contexto de ajustes neoliberais é que “[...] o simples acesso à escola é condição necessária mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos.” (MESZÁROS, 2005, p. 11).

Considerando a interrelação entre o nível educacional dos indivíduos e demanda por mão-de-obra melhor qualificada imposta pelas relações de trabalho no âmbito do capitalismo, a tendência à contínua descaracterização da educação como um bem público e um direito social, gerada pela lógica de mercado (ênfase no atendimento às demandas do setor produtivo por qualificação e transformação da própria educação numa mercadoria), se agrava quando analisamos as transformações inerentes ao mundo do trabalho.

Segundo observa Pochmann (2010), a partir da década de 1990, com a aplicação do receituário neoliberal no Brasil, a sociedade vivenciou um processo de desestruturação do mercado de trabalho com crescimento combinado do desemprego, de postos de trabalho precários e do dessalariamento bem como da informalidade.

Tal situação se apresenta como resultado da lógica econômica privada e da defesa da total liberdade de mercado que culminou na privatização de empresas e mercantilização dos serviços públicos imprimindo uma lógica essencialmente individualista aos sujeitos coletivos transferindo a responsabilidade pública à sociedade e ao indivíduo.

Neste cenário ganha espaço o incentivo ao empreendedorismo e promessa de empregabilidade como forma de estímulo ao investimento em qualificação, passando a operar com políticas focalizadas que primam pela “manutenção” do

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

status quo em detrimento de uma “mudança” estrutural que proporcione resultados sociais efetivos, imprimindo às políticas públicas neoliberais um sentido “reformista” deixando de lado um “processo de reestruturação radical”, nas palavras de Meszáros (2005). O autor destaca, ainda, que

Tendo em vista o fato de que o processo de reestruturação radical deve ser orientado pela estratégia de uma reforma concreta e abrangente de todo o sistema no qual se encontram os indivíduos, o desafio a ser enfrentado não tem paralelos na história. Pois o cumprimento dessa nova tarefa histórica envolve simultaneamente a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade, no sentido de reconquistar o controle total do próprio capital [...]. Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem metabólica radicalmente diferente. [...] não é surpreendente que na concepção marxista a “efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho” seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional. (MESZÁROS, 2005, p. 65)

Como se observa, ao discutir a educação no contexto da sociedade capitalista é impossível desvincular desse panorama as implicações econômicas, sociais, culturais e políticas num macroambiente de novas tendências e amplitudes a partir da dinâmica da atual conjuntura na qual o capital se valoriza, em que o principal objetivo é procurar e encontrar ambientes onde barreiras e restrições ao comércio e aos negócios sejam mínimas.

De acordo com Porto (2003), as tendências de constantes transformações nas esferas social, política, econômica e cultural, a nível mundial, apontam para uma reconfiguração da educação, e conseqüentemente das instituições de ensino, de forma a acompanhar o processo de constante elevação do progresso material da sociedade, iniciado a partir da Revolução Industrial.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Na atual dinâmica de valorização do capital, diante da passagem do modelo de desenvolvimento industrial para o modelo de desenvolvimento informacional, observa-se uma inversão significativa na natureza da educação e de seu posicionamento no campo social.

Ainda segundo o autor, a base tecnológica e a infra-estrutura física (telecomunicações, computadores, acesso às redes) presentes neste último paradigma técnico-econômico de valorização do capital, passa a exigir a elevação permanente dos níveis de aprendizado coletivo a fim de proporcionar a geração de inovações por parte dos agentes produtivos culminando num processo de “aplicação do conhecimento sobre o próprio conhecimento”.

Esse novo modo de organização da produção coloca em foco as instituições (particularmente as de ensino superior) responsáveis pela produção e circulação do conhecimento. Nessa lógica, passa a vigorar a especialização do saber, que está intimamente ligada a uma tendência de objetivação e simplificação do trabalho humano que, segundo Alves (2005), no âmbito do capitalismo, é resultado do processo de divisão do trabalho, considerado o grande avanço da indústria moderna.

Nesse sentido, valoriza-se cada vez mais a capacidade de produzir e transferir conhecimento aos sistemas produtivos, bem como a capacidade de criação e aplicação de novos conhecimentos que promovam o desenvolvimento da ciência e tecnologia na produção de bens e serviços.

Essa busca incessante pelo progresso material desorganiza os sistemas de regulação comercial (capacidade de controle e organização dos fluxos comerciais e financeiros diante das aceleradas mudanças tecnológicas) e acentua as desigualdades sociais na medida em que prioriza a integração econômica em detrimento da fragmentação política, como resultado do livre jogo das forças de



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

mercado e da desregulamentação da economia, como preconiza o discurso político neoliberal.

Do ponto vista do indivíduo o acesso aos diversos graus de ensino coloca-se como um imperativo econômico da sociedade do conhecimento, tornando-se objeto de aspiração individual que assume o significado de projeção simbólica em relação ao futuro, reforçando as aspirações de ascensão social pautadas na meritocracia.

Desse modo, duas grandes mudanças decorrentes do novo paradigma das tecnologias da informação – uma de ordem econômica que impõe ao setor produtivo a necessidade de adequar-se às novas tecnologias passando a exigir profissionais cada vez mais qualificados, e outra de ordem cultural que impõe às novas gerações a necessidade de aquisição de novas competências frente às transformações no conteúdo dos trabalhos e a vontade em dar prosseguimento aos estudos – passam a direcionar a estruturação das instituições de ensino de modo a atender às estas novas demandas da sociedade do conhecimento.

Diante deste cenário as relações capitalistas de produção avançam sobre o campo da educação fazendo com que os diversos níveis de ensino, em especial o ensino superior, passem, gradativamente, a serem tratados como uma mercadoria, perdendo a característica de bens públicos ou com um sentido público, a partir do crescimento da atuação da iniciativa privada neste novo mercado e da redução da capacidade de financiamento e de atuação direta dos Estados-Nação.

Neste novo mercado, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação volta-se, também, para aumento da capacidade de atendimento das instituições e apresentam para o campo do ensino novas possibilidades de expansão e ampliação dos seus serviços. Sobre esta recente realidade Barreyro (2008) confirma que “Tendo alcançado tanta proporção de matrículas durante a



## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

última década, o setor privado consolidou-se. Nos últimos anos, segue a tendência: em 2004 possui mais de 70% das matrículas nesse setor. (BARREYRO, 2008, p. 23)

A este respeito, cabe salientar que, na concepção de Karl Marx, a categoria mercadoria nos permite verificar, no âmbito do capitalismo, uma tendência inerente a este modo de produção-reprodução social, a saber, a mercantilização ou a coisificação de todas as relações sociais. Com isso, para Marx (2005) o capitalismo surge quando tudo se torna mercadoria, inclusive a força de trabalho. Segundo ele,

O trabalho humano é simples movimento mecânico; a parte mais importante é feita pelas propriedades materiais dos objetos. Ao indivíduo deve confiar-se o menor número possível de operações. Cisão do trabalho e concentração do capital; a nulidade da produção individual e a produção em massa da riqueza. Significado da propriedade privada livre na divisão do trabalho. (MARX, 2005, p. 166).

Analisando as tendências de mercado do setor educacional, a previsão é grande crescimento da atuação de instituições privadas num futuro próximo e, sob essas condições, o foco será a ampliação quantitativa (elevação dos níveis de escolaridade, matrículas etc.) em detrimento da melhoria qualitativa (educação que interfere e promove mudanças da realidade social).

Assim, só se pode falar numa educação de resultados efetivos do ponto de vista social se a educação for orientada pela lógica do bem público, gerando resultados e externalidades positivas, o que pode ser comprovado por um estudo recente de Krugman (2011) sobre o desenvolvimento de tecnologias que permitem a substituição do trabalho de alto nível intelectual, onde o autor nos revela que,

[...] existem certas coisas que a educação mercadoria não é capaz de fazer. Em especial, a idéia de que fazendo com que mais jovens cursem a universidade nós seremos capazes de restaurar aquela



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

sociedade de classe média com a qual estávamos acostumados é inteiramente falsa. Ter um diploma superior não representa mais garantia de um bom emprego, e isso está se tornando cada vez mais verdadeiro a cada década que passa. Portanto, se quisermos uma sociedade na qual a prosperidade seja amplamente compartilhada, a educação não é a resposta – nós teremos que procurar construir tal sociedade diretamente. (KRUGMAN, 2011, p. 1, grifo da autora).

De acordo com Sirqueira (2004), o volume de recursos movimentado atualmente pelo setor educacional, englobando gastos governamentais e privados, situa-se em torno de dois trilhões de dólares (PATRINOS, 2002 apud SIRQUEIRA, 2004), atraindo os olhares de vários grupos com fins lucrativos, especialmente empresariais, que atuam nas áreas de comunicação, de informática, de serviços e de educação com fins lucrativos.

A partir desta nova dinâmica do “mercado educacional”, emergiu a discussão da inclusão da educação, mais especificamente a de nível superior, no âmbito das regulamentações comerciais formalizada no Acordo Geral sobre Comércio em Serviços (AGCS) – GATS (General Agreement on Trade and Services) em sua sigla em inglês – aprovado em abril de 1994, pelos estados membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), com o objetivo de liberalizar o comércio de todo tipo de serviço. A partir do ano de 2000, a OMC começou a negociar junto aos países membros a liberalização dos serviços educativos.

A autora destaca que tais discussões no âmbito da OMC têm reduzido a educação a um serviço comercial comum e sujeito às mesmas regras gerais do mercado, o que compromete sua concepção e provimento por parte do Estado como um direito social, afetando a sua soberania, além de romper, gradativamente, com o vínculo entre educação e a identidade cultural dos países.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

No ano de 1998 ocorreu a Conferência Mundial de Ensino Superior sendo aprovada naquela oportunidade a Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI, onde consta que a educação superior é um serviço público que deve basear suas orientações de longo prazo em objetivos e necessidades sociais, representando uma idéia oposta à proposta da Organização Mundial do Comércio. Essa idéia da educação como um bem público é reforçada pela Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009, convocada pela UNESCO e realizada em sua sede em Paris de 5 a 8 de julho de 2009, deve servir de parâmetro para a concepção, planejamento e provimento da educação por parte do Estado pautados no compromisso com a transformação social e a emancipação humana.

Somente a partir de um “processo de reestruturação radical”, que pode vir a assegurar um projeto de educação condizente com as atuais demandas sociais, é que se pode pensar em conquistas reais e efetivas para a classe trabalhadora que se encontra atualmente refém da qualificação profissional em busca por melhores colocações no mercado de trabalho. Torna-se assim imprescindível a reconfiguração do atual modelo da educação mercadoria a fim de transformá-la num bem público capaz de reavivar na classe trabalhadora o vigor pela luta por direitos e garantia de cumprimento das conquistas adquiridas historicamente.

### REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 3 ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- ANDERSON, P. Balanço no neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILE P. (Org.). **Pós neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

- 
- BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 77 p.
- KRUGMAN, Paul. **Qualificação profissional e educação não garantem o futuro**. The New York Times, 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/blogs-colunas/colunas-do-new-york-times/paul-krugman/2011/03/08/qualificacao-profissional-e-dolares.jhtm>>. Acesso em: 10maio, 2011
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e Crise do Trabalho**: Perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARX, Karl. As classes. In: **O Capital**: crítica da economia política. Tomo 3, Vol. 2. São Paulo: Nova, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em 04/05/09
- POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: Avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 104 p.
- PORTO, Cláudio; REGNIER, Karla. **O ensino superior no mundo e no Brasil – Condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025 – Uma abordagem exploratória**. Disponível em: <[www.mec.gov.br/univxxi/pdf/cenes3.pdf](http://www.mec.gov.br/univxxi/pdf/cenes3.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2004.
- SIQUEIRA, Ângela C. de. **A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS**. Revista Brasileira de Educação: Maio /Jun /Jul /Ago 2004 nº 26. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a11.pdf>>.
- XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. **Capitalismo e Escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). São Paulo: Papyrus, 1990.